

Como está a saúde na/da cidade?

Pensando transdisciplinarmente

**WALESKA TEIXEIRA CAIAFFA , FACULDADE DE MEDICINA/UFMG
COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE URBANA DE BELO
HORIZONTE**

**JANISE BRUNO DIAS, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO
DO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/IGC/UFMG**

RESUMO GERAL

Mudar-se para a cidade representa um fenômeno demográfico dos mais importantes ocorridos nas últimas décadas. No Brasil, o percentual de pessoas vivendo em cidades gira em torno de 76%, segundo o IBGE (2017). Esse montante é considerável para tratar políticas e ações buscando uma vida mais saudável. A condição urbana tem levado a diversas mudanças de comportamento, que repercutem nas crescentes prevalências das doenças crônicas. As sociedades urbanas em algumas cidades parecem sofrer relevantes implicações de saúde, incluindo os problemas sociais relacionados às iniquidades como a violência, acidentes de trânsito, presença de doenças emergentes e reemergentes, transmissíveis ou não. Adicionalmente, a segregação socioespacial dos territórios urbanos modernos têm ampliado assentamentos irregulares geradores/reprodutores de distintos níveis de exclusão social e injustiças. Os assentamentos legais da cidade são exíguos face às apropriações de segmentos da população que produzem uma “cidade ilegal”. Essa condição incide sobremaneira na distribuição dos agravos em saúde daqueles ali presentes, seja pela dificuldade de acesso aos serviços, condições de vida ou degradação ambiental ou exclusão social. No estudo da saúde urbana concernente às teorias e métodos, encontramos transdisciplinaridades afeitas às dinâmicas populacional, de saúde e espaciais. Há desafios quanto a precisão e acuidade dos determinantes urbanos e de saúde, notadamente em função dos processos da urbanização, as desigualdade e implicações sobre a saúde. São imprescindíveis a maior e melhor elaboração das políticas urbano-ambientais e de saúde, posta a complexidade dos riscos e vulnerabilidades físico-sociais. Esses incidem na melhor execução de uma agricultura urbana e segurança alimentar satisfatórias associadas à disponibilidade e aplicação de tecnologias da informação no espaço urbano tendo em vista as métricas de saúde e de urbanização e a mobilidade urbana e saúde. As interlocuções merecem também priorizar outros setores que atuam na condição de uma saúde urbana adequada urge para agregarem ao seu corpo de conhecimento: o saneamento ambiental e recursos hídricos (abastecimento, drenagem, coleta, tratamento, compostagem, aproveitamento de água de chuva); mobilidade urbana (sistemas de transporte e circulação visando à eficiência e redução de emissões); eficiência energética; energias renováveis (tecnologias e sistemas para energias fotovoltaica, eólica e de biomassa); segurança alimentar; biodiversidade e sociodiversidade; habitação (novas formas de habitar a cidade); atividades física e de lazer; diversidade cultural urbana. Como trabalhar tais complexidades em termos da saúde no espaço urbano? Que interlocutores

podemos ter nessa busca de soluções? Urgem ações voltadas a compartilhar experiências transdisciplinares de planejamento urbano e que promovam o bem-estar, a redução da pobreza e da violência com a finalidade de tratar/propor/solucionar mais e melhor as questões urbanas contemporâneas. Para esse exercício desafiante, novas bases teórico-metodológicas têm trazido provocações seja para a obtenção de dados, sua organização e interpretação e balização de acordo com a maior ou menor congruência com a vida real da cidade. Os pesquisadores e professores do Observatório de saúde urbana de Belo Horizonte, da Faculdade de Medicina da UFMG, em conjunto com professores do programa de pós-graduação em Geografia e do programa de pós-graduação em Arquitetura, ambos também da UFMG, têm dedicado esforços a essas problemáticas/circunstâncias por meio do desenvolvimento da disciplina Saúde e Espaço Urbano. Desde 2015, a disciplina é ofertada pelos programas, numa proposta transdisciplinar que acolhe estudantes pós-graduandos das mais diversas áreas do conhecimento que problematizam a saúde na/da cidade, “essa estranha senhora”. Nessa oportunidade, consideramos importante envolver pesquisadores de outras instituições para ampliar as interlocuções e debate.

PALESTRA 1 - ESTRATÉGIAS PROMOTORAS DE SAÚDE EM FAVELAS: REFLEXÕES SOBRE PRINCÍPIOS E PRESSUPOSTOS

Luís Carlos Soares Madeira Domingues (Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Programa de Pós Graduação em Urbanismo - PROURB/FAU- UFRJ)

As combinações de crise social, econômica e ambiental urbana em um quadro de aumento da desigualdade e impactos ambientais crescentes, apontam para um cenário de alta vulnerabilidade socioambiental concentrada nas populações mais pobres. Considerando que 90% dos moradores de favelas se encontram nos países menos desenvolvidos e que a principal característica do atual processo de urbanização consiste na generalização das favelas, a pobreza urbana será o principal desafio a ser enfrentado pela humanidade no século XXI, agravado pelas políticas concentradoras de renda e a baixa capacidade desses governos em dar resposta a essa questão. A apropriação dos determinantes sociais da saúde e das evidências dos impactos em saúde como orientadores da formulação, monitoramento e avaliação da política urbana podem fortalecer a luta política pela equidade e justiça social nas cidades, com impacto mais significativo em territórios vulneráveis. Da mesma forma, percebe-se a necessidade de aprofundar nos conceitos de desigualdade, vulnerabilidade e justiça sócio ambiental, dado que definem parâmetros sobre os quais há expectativa de avanços. A apresentação buscará contribuir com a reflexão acerca de princípios e pressupostos coerentes com o campo da saúde urbana, na definição de estratégias promotoras de saúde junto a esses territórios.

PALESTRA 2 - OS CIRCUITOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS E ORGÂNICOS EM NATAL: REDEFININDO A RELAÇÃO CAMPO CIDADE.

Cimone Rozendo (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PPGCS/ PRODEMA / UFRN; Coordenadora do Núcleo de Agroecologia da UFRN; Membro da Rede Brasileira de Pesquisadores em Segurança Alimentar e Nutricional e Rede de Estudos Rurais)

Nos últimos cinco anos, na cidade de Natal (RN), se estabeleceram diversos pontos de vendas de produtos orgânicos e agroecológicos, apoiados tanto pela iniciativa privada como os pontos de venda direta como por ações governamentais, como no caso das feiras espalhadas por diversas regiões da capital potiguar em praças, shoppings e condomínios. A multiplicação desses circuitos de produção e comercialização resulta do aumento da demanda por alimentos de qualidade por parte dos cidadãos, como consequência dos questionamentos dos padrões produtivos atuais, mas também da capacidade dos agricultores familiares da região em responderem a tais exigências. Nesse contexto, esses circuitos de produção e comercialização de alimentos orgânicos ou agroecológicos tem sido apontados pela literatura, como estratégias importantes no desenvolvimento regional, a medida que estabelecem novos patamares para a relação campo cidade nos quais os atributos ambientais, ecológicos assumem grande proeminência. Nesta perspectiva, a produção e comercialização de alimentos saudáveis seria o articulador de uma nova cooperação campo/cidade, redefinindo espaços e relações. O objetivo dessa proposição é mostrar como se constituíram alguns desses canais em Natal, como se integram e que dinâmicas sócio-espaciais e produtivas estes têm proporcionado. Aprofundaremos a análise da trajetória da comunidade de Gramorezinho, que há uma década era reconhecida pela grande utilização de agrotóxicos e hoje compõe os circuitos de agroecologia.

PALESTRA 3 - O CALOR DOS TRÓPICOS E A ARBORIZAÇÃO: BELÉM (PA) E A INIQUIDADE NO PLANEJAMENTO URBANO

Jorge Nassar Fleury (FAU/UFRJ)

De acordo com Censo de 2010, a cidade de Belém possui o menor índice de arborização urbana entre as capitais de estado no Brasil (22,4%), enquanto cidades como Rio de Janeiro e São Paulo possuem respectivamente 72,2% e 75,4%. O objetivo desta pesquisa foi analisar planejamentos discrepantes de arborização urbana e também mapear e quantificar a arborização em relação ao número de lotes e a realidade socioeconômica na

cidade. A partir do número de árvores e lotes, criou-se o índice de arborização. Foi gerado um valor percentual para este índice e as diferenças percentuais entre os bairros avaliados pelo teste qui-quadrado (significância=5%). Comparou-se o bairro de Nazaré (central) com o bairro do Guamá (percentual de favelas de 76% a 100%). No bairro de Nazaré, a proporção total de domicílios com arborização foi de 39,8%, e no bairro com menor poder aquisitivo, esse valor foi 5,3%. A pesquisa revelou que a cidade possui um planejamento muito aquém do que o município carece, sobretudo por se tratar de uma cidade com temperaturas elevadas durante o ano inteiro. Os achados demonstram um cenário de desigualdades sociais e urbanísticas entre os bairros, onde características econômicas parecem determinar o grau de arborização das ruas.

PALESTRA 4 - SAÚDE URBANA: UMA DISCIPLINA

Simone Cynamon Cohen; Renato da Gama-Rosa Costa (Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ)

O olhar do profissional de arquitetura e do urbanismo com a saúde pode se expressar por meio da realização de projetos para instituições de assistência e tratamento, mas, também, podem incorporar preocupações com o meio urbano, em que questões como a salubridade das cidades se traduz em projetos de intervenção urbana. O estudo da relação do meio urbano com a saúde vem sendo tema de duas disciplinas, Saúde Urbana I e II, oferecidas pelo Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, da Escola Nacional de Saúde Pública, unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), há uma década. Nesse sentido, as políticas públicas de intervenção urbana, as habitações populares e os hospitais são temas privilegiados dessa análise, na medida em que explicitam as teorias em vigor sobre higiene, salubridade e saneamento, tanto no interior das construções quanto no seu entorno - a rua, o bairro, a cidade. A disciplina tem atraído alunos de diferentes áreas, na discussão inter e multidisciplinar em que se privilegia o olhar sobre o desenvolvimento urbano e sua influência na saúde, por meio de abordagens históricas, urbanísticas, físico-geográficas, habitacionais e ambientais. É essa experiência que pretendemos trazer para esta Sessão temática deste congresso.

PALESTRA 5 - DETERMINANTES SOCIAIS, MORFOLOGIA DO ESPAÇO URBANO E A VIOLÊNCIA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS DA CIDADE: ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS E DE INVESTIGAÇÃO

Waleska Teixeira Caiaffa (Coordenadora do observatório de saúde urbana de Belo Horizonte - OSUBH Dept. de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG)

A cidade é o território mais duradouro e relevante obra da cultura humana. Entretanto, territórios urbanos modernos expressam padrão de segregação sócio-espacial

intenso, cuja crescente manifestação dos assentamentos urbanos irregulares passou a constituir uma das formas estruturais e estruturantes da produção do espaço dessas cidades. Neste contexto de crescimento territorial urbano desordenado, marcado pela exclusão social, observa-se uma imensa desigualdade e injusta distribuição dos agravos em saúde nas populações vivendo nestas áreas vulneráveis. Consoante com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ("Tornar as cidades inclusive, segura, resistente e sustentável) acadêmicos da UFMG, de forma multidisciplinar, vem construindo uma parceria tanto no ensino quanto na pesquisa, focados no território das cidades, compartilhando experiências como o planejamento urbano voltado a promover a saúde e bem-estar, reduzir a pobreza e a violência e a equidade em saúde. A experiência em curso, na UFMG desde 2015, na qual reunimos pesquisadores das áreas da saúde pública/urbana, planejadores, geógrafos e arquitetos para experimentar/elaborar novas colaborações multidisciplinares. O debate inclui os múltiplos olhares e o diálogo com a educação e a pesquisa em saúde urbana e violência, com vistas à promoção de cidades mais inclusivas, saudáveis e com menores ocorrências de violência.